

UNIJALES

Curso de Biomedicina realiza projeto integrador e doa 110 caixas de leite ao Lar dos Velhinhos

Daniel Zilio

Estudantes do curso de Biomedicina da Unijales realizaram o projeto integrador “Fazendo o bem acontecer: doe caixas de leite”. Um conjunto de ações de interesse social que teve como objetivo arrecadar produtos que ajudam a suprir as necessidades do Lar dos Idosos São Vicente de Paulo. “O foco do grupo foi arrecadar leite, visto que, com a pandemia as doações diminuíram muito e os idosos utilizam cerca de 30 litros por dia”, disse a coordenadora Kelys Ramos.

Nesta atividade, foram doados ao Lar dos Velhinhos 110 caixas de leite.

O projeto é parte do método avaliativo da disciplina de projeto interdisciplinar do

3º semestre, lecionada pela professora Kelys Ramos, e foram desenvolvidos integralmente pelos grupos, bem como a escolha do nome, a ação a ser realizada e o local onde as doações foram entregues.

O responsável pelo Lar dos Velhinhos, Claudio, enviou um agradecimento.

“Em nome de toda a diretoria, e em especial de todos os idosos do Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Jales, venho expressar nossos mais sinceros votos de agradecimentos pela doação de 110 (cento e dez) litros de leite.

Gostaríamos de expressar novamente a nossa satisfação e contentamento com a expressiva doação, pois, como é grande a quantidade de litros de leites que utilizamos dia-



O projeto integrador do curso de Biomedicina teve como objetivo ajudar uma Instituição de Jales



Foram doadas 110 caixas de leite ao Lar dos Velhinhos de Jales

riamente aqui em nossa entidade para a nutrição de todos

os idosos, esta doação fará a diferença para nos auxiliar a

manter o amparo, sustento e conforto aos nossos idosos

que aqui residem. Obrigado, de coração!”

COVID-19

Portaria restringe entrada de estrangeiros no Brasil

Foi publicada nesta quinta-feira (24), no Diário Oficial da União, a portaria que restringe, em caráter temporário e excepcional, a entrada de estrangeiros no País, conforme recomendação feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Com o objetivo de impedir a entrada de pessoas contaminadas por variantes do coronavírus, a decisão acata as sugestões enviadas pela Anvisa aos ministérios da Casa Civil, da Justiça e da Saúde para regulamentação de medidas de contenção. Além de restringir a entrada de estrangeiros

de qualquer nacionalidade, a portaria proíbe, em caráter temporário, voos internacionais tanto com destino quanto com origem ou passagem pelo Reino Unido, a Irlanda do Norte, África do Sul e Índia.

Os estrangeiros procedentes desses países ficam impedidos de entrar no Brasil, caso não cumpram determinados protocolos e requisitos, e os brasileiros em viagem de retorno desses países precisam necessariamente cumprir quarentena de 14 dias na cidade de desembarque. Fonte: Brasil 61.



CONSI RJ

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES - CONSI RJ

CNPJ nº: 04.685.273/0001-78

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial - Processo nº: 12/2021 - Pregão Presencial nº: 07/2021

Encontra-se aberto nesta Instituição o Pregão acima citado visando a contratação de empresa especializada para disponibilização de solução integrada de Infraestrutura TI e Software de Controle e Gestão em Saúde, sem limite no número de usuários, com fundamento na Portaria MS/GM nº 2048/2002 e demais legislações do Ministério da Saúde, em Especial a Portaria MS/nº 2026/2011, 1010/2012 e a Portaria SAS/MS/nº 356/2013 para atender as necessidades do SAMU 192 REGIONAL JALES/SP (Central de Regulação) pelo período de 12 (doze) meses conforme especificações detalhadas constantes no memorial descritivo, do Termo de Referência (Anexo XII). Data para apresentação dos envelopes: às 09h00min do dia 08 de Julho de 2021, na sede do CONSI RJ, localizado na Rua Sebastião Martins, nº. 2373, Jardim Samambaia, CEP 15.700-209, Jales/SP; bem como encontra-se à disposição o Edital completo no Departamento Administrativo e no site: www.consirj.com.br, podendo também ser solicitado pelo e-mail: consirj.licitacao@yahoo.com - Todos os esclarecimentos poderão ser obtidos nos endereços supra ou pelo telefone (17) 3632-8747. Esta licitação será regida pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93. Jales/SP, 25 de Junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL URÂNIA

PROCESSO LICITATÓRIO 016/2021

PREGÃO 013/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito municipal desta cidade de Urânia, do estado de São Paulo, na forma da lei e no uso de suas atribuições de acordo com o art. 43, vi, da lei 8.666/93, considerando o relatório da comissão, assim como todo o processado, resolve: adjudicar a empresa ALFA MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA e homologar o presente processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 013/2021, cujo objeto é CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA PARA SER UTILIZADO NA CLÍNICA DA MULHER, e determinar que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora.

Convoque-se a interessada para assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 II, desde que precluso o prazo de recurso e/ou, proceda-se na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Urânia (SP), 25 de junho de 2021.

Marcio Arjol Domingues
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL URÂNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2021

Processo	Nº. 016/2021
Pregão	Nº. 013/2021
Objeto	CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA PARA SER UTILIZADO NA CLÍNICA DA MULHER.
Empresa Vencedora	ALFA MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Valor	RS 105.000,00 (cento e cinco mil reais)
Vigência	6 MESES

Prefeitura Municipal de Urânia (SP), 25 de junho de 2021.

MARCIO ARJOL DOMINGUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

DESPACHO DO GABINETE DO PREFEITO

Processo Dispensa Licitação nº 14/2021

Processo CLPMP 37/2021

Assunto: prestação de serviços em instalação, manutenção preventiva do Software Gerencial Ponto Secullum 4, e suporte técnico de relógios de ponto eletrônico dos setores da Administração Municipal, compreendendo a limpeza geral dos aparelhos, verificação dos componentes, regulagens e acertos, bem como instalação, conversões necessárias de acordo com o software de coleta e gerenciamento do ponto, com atendimento presencial ou remoto, ilimitado durante a vigência contratual.

Despacho

Diante dos autos do presente processo, RATIFICO, nos termos do Artigo 24 inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Federal 9412/18 a dispensa de licitação para referida contratação.

Pontalinda, 22 de Junho de 2021.

Sisínio de Oliveira Leão
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL PONTALINDA

Extrato de Contrato

Contratante: PM Pontalinda

Contratada: Fujita & Lopes Ltda Me CNPJ 20.953.197/0001-90

Objeto: Constitui o objeto deste contrato a prestação de serviços em instalação, manutenção preventiva do Software Gerencial Ponto Secullum 4, e suporte técnico de relógios de ponto eletrônico dos setores da Administração Municipal, compreendendo a limpeza geral dos aparelhos, verificação dos componentes, regulagens e acertos, bem como instalação, conversões necessárias de acordo com o software de coleta e gerenciamento do ponto, com atendimento presencial ou remoto, ilimitado durante a vigência contratual.

Contrato 39/2021

Valor mensal R\$ 275,00

Data: 28/06/2021

Vigência: 01/07/2021 – 01/07/2022

Dispensa de Licitação nº 14/2021

Processo CLPMP 37/2021

Setor de Licitações e Contratos

■ ALESP

Após aval de comissão, projeto sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias vai a votação no Plenário

Reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento em ambiente virtual

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, nesta quinta-feira (24/6), o parecer da relatora, deputada Dra. Damaris Moura (PSDB), sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Agora, o Projeto de Lei 265/2021, de autoria do Executivo, segue para votação em Plenário. A sessão foi convocada para a tarde desta quinta-feira.

O relatório de Damaris, que havia sido apresentado ao colegiado na quarta-feira (23/6), recebeu oito votos favoráveis, enquanto o parecer alternativo elaborado pela bancada do Partido dos Trabalhadores registrou 1 voto do deputado Enio Tatto, filiado à sigla. O relatório do PT não chegou a ser lido em razão de um acordo proposto por Tatto na última reunião para que os trabalhos fossem suspensos e os parlamentares tivessem mais tempo para apreciar os textos.

Se aprovado em Plenário, o relatório de Damaris dará origem à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que irá definir as metas e prioridades da administração pública para o próximo ano, e

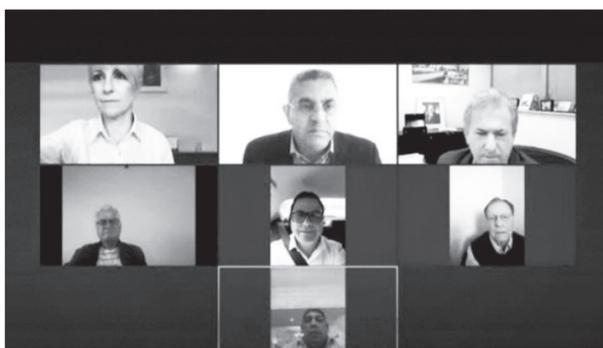
orientar a elaboração do Orçamento Anual (LOA).

O texto incluiu, na forma de emendas ou subemendas, 145 propostas sugeridas pelos parlamentares ao projeto enviado pelo governo. Além disso, uma emenda foi elaborada pela relatora para poupar o Fundo Especial de Despesa da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Fepom) e o Fundo Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências (Fesie) da necessidade de transferirem seus superávits para o pagamento da dívida pública do Estado.

O documento também eleva as metas do governo e acrescenta novas prioridades nas áreas de educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento econômico, qualidade de vida urbana e desenvolvimento sustentável.

“O relatório deu destaque especial para aquilo que eu creio que deve ser o objeto da consideração, da atuação e da ênfase do Estado, que são as áreas básicas para a existência humana”, ressaltou Damaris.

Em seu parecer alternativo, a bancada do Partido dos Trabalhadores listou uma série de ques-



tões ao projeto do governo. A bancada apontou, por exemplo, a ausência de participação popular na elaboração do Orçamento; a falta de avanços em relação às últimas leis de diretrizes orçamentárias; falta de transparência, de políticas de desenvolvimento regional e de previsão de aumento de recursos para universidades públicas; além da redução da atuação legislativa em análises de proposições sobre tributos.

Enio Tatto, que foi o único inscrito para discutir o projeto além de Damaris, usou o tempo para expor um balanço sobre investimentos do governo em algumas pastas. Segundo o parlamentar, o Executivo não cumpriu propostas aprovadas no Parlamento,

o que pode voltar a acontecer com a LDO. “A gente vai votar contrário. Vamos fazer essa discussão no plenário para ver se conseguimos melhorar, porque isso aqui é realmente uma peça de ficção”, complementou.

Em resposta, Damaris afirmou que a pandemia impactou a execução do Orçamento. “A imprevisibilidade não é uma justificativa, é um argumento inerente ao momento que nós vivemos e, portanto, nós precisamos considerar este elemento ao refletirmos sobre o cumprimento, a execução do Orçamento, e não é diferente para esse ano”, disse.

Ao final da reunião, o presidente da CFOP, deputado Gilmaci Santos (Republicanos),

agradeceu os demais integrantes pelos trabalhos no primeiro semestre. “No segundo semestre estaremos de volta aqui, espero que seja bastante produtiva a nossa comissão”, declarou.

A próxima etapa de tramitação do projeto é o início do debate em Plenário, já que as peças orçamentárias do Estado não necessitam passar por outras comissões. Na sessão, a proposta, que tramita em regime de urgência, deve ser discutida enquanto houver oradores inscritos ou por até 6 horas se, ao atingir esse tempo, pelo menos 32 parlamentares concordarem em pedir o fim da etapa e tiverem o requerimento aprovado.

Projeto

O projeto encaminhado à Casa pelo governo tem 65 artigos e quatro anexos. A proposta trata também de alterações tributárias, agências de fomento, administração da dívida pública e despesas com servidores. De acordo com o governo, a previsão de receita fiscal para o próximo ano é de R\$ 245,5 bilhões, enquanto a de despesas chega a R\$ 228,5 bilhões.

Por ser um elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a LOA (Lei

Orçamentária Anual), a LDO segue os objetivos do PPA (2020-2023). São eles: educação; saúde pública; segurança; desenvolvimento econômico e social; qualidade de vida urbana com moradia adequada e mobilidade; agricultura competitiva; desenvolvimento sustentável e promoção de uma gestão pública moderna e eficiente. O projeto revisa pontos do PPA, e também poderá ter pontos revisados na LOA.

A proposição chegou na Casa em 1º de maio, ficou 15 dias em pauta e recebeu 1.054 propostas de emendas, sendo 22,3% delas relativas à mecanismos de transparência e controle; 13,8% à infraestrutura e transportes; 13,5% à saúde; 13% à educação, ciência e pesquisa; e 12,3% auxílios e ações assistenciais.

Os outros 25% incluem, por exemplo, segurança, combate à discriminação contra minorias, previdência, meio ambiente e saneamento, cultura, esporte, turismo, tributos, agronegócio e proteção animal. Do total, 145 foram acatadas por Damaris. O projeto pode ou não receber novas emendas no Plenário.

■ ALERTA

Golpe do Pix vem se tornando cada dia mais comum. Entenda

Ultimamente os casos referentes a golpes aplicados por meio de dispositivos de informática, aplicativos, redes sociais e telefones está aumentando consideravelmente. E um dos golpes que está em alta é aplicado por meio do Pix. Golpistas tentam de várias formas ludibriar pessoas pedindo doações ou fingindo ter realizado pagamentos.

Foi o que aconteceu com a empresária Fabiana Luza, proprietária de uma lanchonete no Guará, no Distrito Federal, que levou um golpe de uma cliente que fingiu realizar o pagamento por meio do Pix. “Essa pessoa dá vários golpes em diversos comerciantes aqui do Guará. Ela compra, pede para entregar, pede para subir, recebe sem mostrar muito o rosto e fala que já fez o Pix e manda o comprovante. Na verdade, o comprovante que ela manda não é o finalizado, ela coloca os dados e o valor, tira um print, recorta e manda aquilo como comprovante do Pix.”

A empresária conta que caiu nesse golpe duas vezes e perdeu mais de R\$100. Chegou a procurar a golpista para fazer a cobrança e foi bloqueada do aplicativo de mensagens, mas registrou boletim de ocorrência e fez o alerta para outros comerciantes nas redes sociais. Após a postagem, outros 10 pequenos empresários do ramo alimentício também procuraram a polícia.

Como evitar o golpe do Pix? Para tentar evitar o golpe do Pix, a advogada Jéssica Marques explica os procedimentos necessários para que o roubo não seja concretizado. “É importante que a pessoa verifique de onde vem a ligação ou a mensagem,

verifique se os dados do Pix são os mesmos dados da pessoa que o está abordando, verificar o extrato bancário e a natureza da transferência, ou seja, se foi um Pix na modalidade TED, ou na modalidade por agendamento. Se foi um agendamento, espere o dinheiro cair na conta bancária, porque há possibilidade de se cancelar.”

Se mesmo assim o golpe for aplicado, a advogada indica quais medidas tomar. “É importante que ela tire print das conversas, do comprovante de agendamento, do número telefone e se resguardar com todas as provas que ela tiver para fazer o registro do boletim de ocorrência com a junta de todas as provas. E nesses casos vai depender da forma da abordagem ou procedimento realizado. Nós podemos vislumbrar a ocorrência do crime de estelionato que tem uma pena prevista de até cinco anos de reclusão”, explica.

Outro golpe recorrente que vem sendo aplicado por meio do Pix é de pessoas que se apropriam de fotos e informações referentes a animais de estimação que necessitam de ajuda para conseguir dinheiro. A funcionária pública Rangelma Almeida foi vítima desse golpe.

Ela resgatou uma gata que estava no estacionamento de uma concessionária, em Brasília, com ferimentos na cabeça, todas as patas queimadas e uma delas quebrada. Após o resgate, a gata foi levada ao veterinário e os custos relacionados aos cuidados chegaram a R\$4 mil. Como Rangelma ainda tinha gastos associados aos cuidados de ou-

tros animais resgatados, pediu ajuda a amigos e publicou fotos da gata nas redes sociais. Mas o que deveria se tornar uma boa ação, acabou se transformando em golpe.

Uma pessoa disposta a ajudar entrou em contato com a funcionária pública perguntando se ela era a tutora da gata, pois havia visto fotos do animal circulando na internet com outras informações. Com isso, Rangelma pesquisou e chegou a golpista, que usava as fotos da gata resgatada por ela mais um comprovante fiscal com informações de outro bicho.

“Fui até a clínica veterinária identificada na nota e eles disseram que aquele gasto não tinha relação com o perfil que pedia ajuda. O que aconteceu é que a golpista fez uma montagem de dois casos distintos e passou a pedir ajuda. Até gravei um vídeo com o veterinário da gata para provar que o meu pedido era verdadeiro”, relata Rangelma.

Depois disso, Rangelma entrou em contato com a golpista, que informou ter adquirido a ajuda necessária, e foi bloqueada. Então um boletim de ocorrência foi registrado e a tutora da gata juntou um arquivo com mais de 80 páginas de provas sobre o caso.

Com a interferência do golpe nas redes sociais, a funcionária pública ainda necessita de ajuda para cobrir os custos com a gata. “Nem sempre a ajuda financeira com resgates é constante, mas quando um estelionatário interfere, as pessoas passam a acreditar que tudo é golpe.”

Agora, o caso está em investigação na Polícia Civil do Distrito

Federal.

Golpe do Pix agendado

Nos últimos dias tem circulado nas redes sociais o alerta de um suposto novo golpe utilizando a opção de agendamento de pagamento por Pix. Mas na terça (23), o Banco Central (BC) informou que as informações não passam de boatos, pois esse formato de transferência utilizando o sistema ainda não pode ser realizado. O Pix agendado está previsto para se tornar obrigatório em todas as instituições financeiras a partir de 1º de setembro.

Segundo mensagens compartilhadas na internet, correntistas estariam recebendo notificações de Pix agendado de um desconhecido. Em seguida, o autor da mensagem entra em contato com o destinatário dizendo que a transferência foi feita por engano e pede a devolução do dinheiro. Logo após o golpista cancelaria o agendamento inicial, fazendo a vítima ficar no prejuízo.

De acordo com o BC, o recebedor de um Pix agendado só recebe a notificação quando o dinheiro cai na conta, não no momento do agendamento. Além disso, um agendamento pode ser cancelado a qualquer momento. Dessa forma, em caso de engano, o próprio autor do pagamento pode desfazer a transação sem o conhecimento do destinatário.

O Banco Central informou ainda que não existe a possibilidade de a vítima receber uma notificação de um dinheiro que não caiu na conta. O órgão ressalta que as notificações relativas ao Pix são recebidas apenas por meio do aplicativo da instituição financeira, não por meio de SMS

ou de aplicativos de mensagens.

O que é o Pix?

Com o Pix, transações bancárias como transferência, realização ou recebimento de pagamentos são realizadas em até 10 segundos a qualquer hora ou dia, basta ter conta corrente, conta poupança ou conta de pagamento pré-paga em qualquer banco ou instituição financeira que tenha o sistema.

Para aderir ao Pix é necessário criar uma chave. Para isso, o usuário deve acessar o aplicativo de sua própria conta bancária e no menu do app do celular ou pelo internet banking vai aparecer a opção Pix.

O que é a chave Pix?

A chave Pix serve para identificar o endereço da conta do usuário. Os quatro tipos de chaves Pix que podem ser utilizados são CPF/CNPJ, e-mail, número de telefone celular ou chave aleatória, que é um código único de 32 caracteres com letras e símbolos gerado aleatoriamente pelo Banco Central para que o usuário não precise informar dados pessoais.

A chave vincula uma dessas informações básicas às informações completas que identificam a conta transacional do cliente (instituição financeira ou de pagamento, número da agência, número da conta e tipo de conta).

Cada conta de pessoa física pode ter até 5 chaves vinculadas a ela, independentemente da quantidade de titulares. Ou seja, se a conta for individual ou conjunta, ela poderá ter, no máximo, 5 chaves Pix. Já no caso de pessoa jurídica, o máximo é de 20 chaves por conta. Todas as chaves podem ser cadastradas

no mesmo banco ou em mais de uma instituição, fica a critério do usuário.

De acordo com o Banco Central, até 31 de maio, 93.593.998 usuários se cadastraram no Pix, sendo 87.801.642 pessoas físicas e 5.792.356 pessoas jurídicas.

Atualmente, 2.427 municípios não possuem agência bancária, sendo assistidos por postos de atendimento ou correspondentes bancários.

Como fazer um pagamento ou transferência usando o Pix?

Existem algumas opções para realizar um pagamento via Pix, são elas:

- Ler um QR Code com a câmera do smartphone, na opção de fazer um Pix no aplicativo da instituição financeira ou de pagamento;

- Utilizar a opção “Pix Cópia e Cola”, com ela o usuário cola o código relacionado ao QR Code. Opção para quando não for possível fazer a leitura do QR Code pela câmera. Essa opção também pode ser usada no internet banking;

- Informar a chave Pix do recebedor, que pode ser CPF/CNPJ, e-mail ou telefone celular, ou uma chave aleatória, por meio da opção disponibilizada pela instituição financeira ou de pagamento no aplicativo instalado no celular, essa opção também pode ser usada no internet banking.

O acesso ao Pix ocorre exclusivamente pelos canais de atendimento das instituições financeiras e de pagamento por meio do celular, internet banking, agências, caixas eletrônicos ou nos correspondentes bancários, como lotéricas, por exemplo.